



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638707 - MA (2021/0001789-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : IAGO WESLEY DOS REIS BARBOSA E OUTRO
ADVOGADOS : FELIPE MOREIRA LIMA ARAGAO - MA018399
IAGO WESLEY DOS REIS BARBOSA - MA020144
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : OSIEL RODRIGUES MATOS (PRESO)
CORRÉU : MACIEL BATISTA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de OSIEL RODRIGUES MATOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (N. 0814845-53.2020.8.10.0000).

O paciente foi preso em flagrante em razão da suposta prática, em sequência, de quatro crimes de roubo armado e em concurso de agentes. Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que há constrangimento ilegal, pois encontra-se encarcerado há mais de 241 dias sem a revisão da necessidade da segregação prevista no parágrafo único do art. 316 do CPP.

Requer, liminarmente, a revogação da preventiva. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente